

1) – Enunciado do Problema

1.1. Introdução

A região de Araraquara historicamente compreendida dentro da antiga divisão agrícola de Ribeirão Preto se destaca como de vocação agrária (SILVA, 1999). Apesar da forte presença do assalariamento rural voltado para os grandes complexos produtivos, principalmente da cana-de-açúcar e da laranja, entendo, seguindo leitura de Veiga (2005), que a região é potencializadora de vocação para pequenas e médias propriedades agroindustriais. Segundo dados do último projeto LUPA para o ano de 2007 (2008), o Estado de São Paulo possui um total de 20.504.107 propriedades agrícolas, apresentando um crescimento da ordem de 2,5 % com relação ao LUPA anterior que é de 1995. Lembrando que houve um aumento significativo do número de propriedades sendo que aquelas que mais cresceram foram às compreendidas entre dois e cinco alqueires, apresentando um crescimento neste mesmo período, da ordem de 37, 4%. Suspeitamos, no mais, com base em pesquisa de pós-doutorado apenas concluída, que dentre outros, um dos principais fatores que levaram a este aumento do número de pequenas propriedades foi a fragmentação e transferência de propriedades na forma de herança. Constatamos na pesquisa citada, que boa parte das micro empresas agrícolas e negócios em pequenas propriedades rurais na região surgiram a partir da fragmentação, ou aquisição de propriedades na forma de herança. Lembrando que o mesmo estudo (LUPA, 2008) revela que a maior incidência de decréscimo é com relação aquelas de concentração fundiária que entre quinhentos e mil alqueires apresentou diminuição de -1,8%, no período de 1995 até 2006, chegando a -6.0% naquelas acima de 10.000 alqueires. Segundo o cadastro do INCRA (1995), havia só no município de Araraquara, aproximadamente 890 propriedades rurais, sendo que destas 750 tinham uma extensão territorial que variava entre 01 a 50 alqueires. No último LUPA (2008) Araraquara passa para 1150 propriedades, ou seja, um crescimento de 260 propriedades, das quais a maioria incide nas consideradas pequenas e médias propriedades. Ou seja, a fragmentação de propriedades pode ser considerada significativa num período relativamente curto. Ainda que tal fragmentação deva ser considerada no âmbito da não menos significativa concentração fundiária voltada para produção monocultora, como apontam Silva (1999) e com destaque para uma política agroindustrial que privilegia a grande concentração de capitais, conforme coloca *Belik* (2007), ou “classicamente” Silva (1982).

A pesquisa tem como proposta estudar este viés da fragmentação fundiária, ou seja, entender os núcleos e alternativas “abertas” e facilitadas (mas não necessariamente provocados) por esta fragmentação. Para isso evidentemente considero e oportunamente debato, sem, contudo ater-me a literatura específica voltada para o inegável e não menos importante processo de concentração fundiária. Atenho-me a este procedimento até mesmo por orientação metodológica. Ou seja, construo o próprio objeto de estudo utilizando-me e debatendo com a literatura específica, porém, propondo-me a trabalhar num viés (PIORE e SABEL, 1984; BECATTINI, 1998; BECATTINI E ZORINI, 2003; VEIGA, 2005; dentre outros) que entendem que o sucesso das pequenas empresas ou empreendimentos agrícolas independem do insucesso das grandes corporações, ou que a fragmentação fundiária não decorre necessariamente da diminuição da concentração fundiária. Portanto busco entender o fenômeno social, neste caso do surgimento e

desenvolvimento dos pequenos negócios agrícolas sem que para isso haja crise de modelos produtivos. Portanto, a fragmentação fundiária deve ser analisada, na sua complexidade, considerando nesta, evidentemente, o não menos importante (e seguramente mais “relevante”) processo de concentração fundiária.

Na pesquisa de pós-doutorado recém concluída (FAPESP: 07/55182-2), aponto esta fragmentação principalmente e preferencialmente na forma de herança como realidade relevante na região¹. Este fator corrobora com outros tantos como a preservação da propriedade ou de parte dela por questões afetivas ou mesmo valores tradicionais, muitas vezes leva, os “novos proprietários”, que em tendo outras ocupações, na maioria das vezes em centros urbanos, a voltarem para o local de origem, ou então a se comprometerem com a propriedade e o “local”. A profissão, experiência, etc., tende a levar estes novos proprietários a experimentarem novas atividades no meio agrícola, ainda que muitas vezes como *hobby* ou renda complementar. (ABRAMOVAY, 2003). E ainda, tendem a mudar, alterar o meio, possibilitando muitas vezes uma regionalização difusa em torno de paisagens, valores, etc., quebrando inclusive com antiga divisão institucional entre rural e urbano que como *Basile e Cechi* (2007), apontam para o caso italiano servia estruturando relações de poder e separação institucional que não correspondia de fato a realidade. Ou então para uma divisão irreal com parâmetros de mensuração em tudo questionáveis conforme aponta *Veiga* (2000). Usamos aqui, para definir estes novos espaços dotados de forte potencial de subjetividade e novas demandas o conceito de *bio-região* de *Becattini e Zorini* (2003), para os quais a própria região, ou local, passam a serem valorizadas e definidas a partir de valores vitais e necessariamente sustentáveis nos quais a divisão: rural e urbano, ou mesmo agrícola e industrial é subsumida, conforme *Carneiro* (1998) ou mesmo *Sabourin* (2009).

Segundo dados do SEBRAE (2006), o Estado de São Paulo possui 1,3 milhões de micro e pequenas empresas, sendo que o setor agropecuário, ou agroindustrial, representa uma fatia de 14% deste total. Atentos a esta mesma vocação agrícola o SEBRAE defini linhas prioritárias de investimentos por cadeias produtivas. Vale apontar que os “setores” de agricultura hoje trabalhados pelo SEBRAE são muitos, dentre os quais tem-se o de “agricultura orgânica”, outros de transformação da agricultura como agroenergia, artesanato e cosméticos, ou extrativistas como madeira e móveis e pesca dentre outros. Ou mesmo o turismo rural que suscita uma série de atividades paralelas ou dependentes.

Recentemente, ou para ser mais preciso em março de 2010, por ocasião da criação e entrega da nova sede do SEBRAE em Araraquara, apontava-se que no ano de 2009 foram atendidos com todo o suporte tecnológico e de inovação mais de 250 pequenos produtores rurais distribuídos nas cadeias produtivas existentes. (SEBRAE, 2009). Um número considerável para a região, tida, e apontada como pólo do agro-negócio, monocultura e de concentração fundiária (HOFFMANN, 2007).

¹ Observei na pesquisa de pós-doutorado, em visitas à feiras agropecuárias e eventos afins, a preocupação por parte de muitas empresas em “adequar logística” para casos como estes em que a fragmentação ocorre e o proprietário ou diminui sua porcentagem de terra, ou então passa a ser desde então “pequeno ou médio proprietário”. São casos de implementos agrícolas em geral ou de logística para adaptação de gado de corte e leite em culturas intensivas. São casos típicos em que marcou o discurso dos vendedores que se referiam a esta fragmentação que me refiro.

Neste segmento que chamamos de “alternativo”, e que no mínimo significam resistência² ao modelo dominante, ou considerado dominante (SHIVA, 2006), além de contemplados pelo SEBRAE em setores de atuação, contam com experiências significativas na região. Como a COAGROSOL – Cooperativa dos Agropecuaristas solidários de Itápolis³ que trabalha principalmente na linha do *fair trade*⁴, ou experiências de produção orgânica conforme identificamos em municípios, conforme pesquisa de pós-doutorado⁵. Trata-se de experiência modelo no país com centenas de filiados ativos na região e fora dela. “Coincidência” ou não com sede no município com maior incidência de negócios e pequenas propriedades agrícolas do Estado de São Paulo, e com o maior número de propriedades agrícolas, perfazendo 2035 (LUPA, 2008).

Segundo *Vilckas e Nantes*, (2005) quando analisam o planejamento e gestão da produção e escoamento na agricultura familiar apontam que os produtores têm grande dificuldade para gerir e administrar seus negócios, devido à “falta de conhecimento e ausência de informação”. Tais colocações sintetizam bem a preocupação do SEBRAE sobre a inserção produtiva e de mercado dos pequenos e médios negócios. Ocorre que o SEBRAE não promove cursos de qualificação profissional da maneira que estes são concebidos pela tradição sindical, pelo estado, ou pela estrutura pública de qualificação profissional. A proposta do SEBRAE partindo da perspectiva de apoio e fomento às pequenas empresas, na verdade discute e promove a capacitação profissional via uma perspectiva “empreendedora”, (VEIGA, 2005). A proposta é capacitar o pequeno e médio proprietário rural, para que este se “torne” um pequeno e médio empresário, ou empreendedor rural por meio, principalmente, da informação e do conhecimento.

É importante notar que o Sebrae tenta alcançar padrões internacionais de excelência. Ele adota o ideal de ser uma organização voltada para a geração de conhecimento em níveis de excelência, com uma posição de vanguarda mundial. Esse conhecimento deve ser disseminado de tal maneira que “contribua para o desenvolvimento econômico e social do país”. (Addis e Gomes, 2001, p. 355).

O histórico da formação do SEBRAE está bastante ligado aos pequenos empreendimentos industriais. O crescimento do setor agroindustrial (MULLER, 1989), ou mesmo rural, mesclando experiências produtivas diversas, (CARNEIRO, 1998) fez com que o liame que separava a produção industrial daquela agrícola se transformasse. O SEBRAE possui desde 1998 uma linha específica de atuação voltada para o setor agroindustrial, chamada SAI - Sistema Agroindustrial Integrado. Trata-se de programa

² “Anotamos” a definição por explicar e esclarecer no contexto da proposta de trabalho que formulamos. Propomos o estudo sobre um, por assim dizer, “modelo alternativo” de desenvolvimento agrícola, ainda que tal alternativa seja de todos conhecida. De toda maneira o modelo dominante, ou como é conhecido “majoritário” é o do agro-negócio. Chamamos de “resistência”, portanto, esta capacidade inventiva e humana, sempre propositiva de construir formas e alternativas diferentes e destoantes do modelo hegemônico. Dois pontos devem, portanto serem esclarecidos: o sucesso do modelo a que chamo “alternativo” não depende necessariamente do insucesso do modelo de desenvolvimento econômico e produtivo hegemônico; e, a “resistência” é sempre entendida como capacidade de na prática, no ato de “empreender”, (nesta prática e ação, portanto) construir alternativas. SHIVA, V. *Biodiversità e agricoltura industriale*, Milano: ambiente, 2001.

³ A COAGROSOL é uma cooperativa de produtores diretos criada em 2000 a partir do movimento reivindicativo e contestatório de citricultores da região. Trabalha na linha do *fair-trade* e da produção orgânica, principalmente no setor de fruticultura e horticultura, mas não só, com certificação e internacional e volume de exportação considerável.

⁴ É um dos pilares da sustentabilidade econômica e ecológica. Trata-se de movimento social e ambiental que busca estabelecer equidade e preço justo além de padrões sociais e ambientais equilibrados dentro da cadeia produtiva. Apesar de hoje presente em todos os continentes, o movimento surgiu na Europa na década de 60, sendo constituído em 1967 na Holanda o *Fair Trade Organisati*.

⁵ Os questionários aplicados e as idas a campo durante a realização da pesquisa de pós-doutorado, revelaram interessantes e significativos segmentos na linha da produção orgânica principalmente em horticultura na região em estudo.

desenvolvido no primeiro módulo, em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, e com o CATI: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, que na região de Araraquara na sua implantação abrangia dezenove municípios⁶, e que desde 2007 passam a integrar outros da vizinha São Carlos. Em linhas gerais, o programa se insere dentro da filosofia e linha de atuação do SEBRAE, que visa apoiar e dar suporte técnico e profissional aos micros e pequenos empreendimentos.

No ano de 1997 o SEBRAE cria a metodologia do SAI desenvolvida inicialmente na região de Votuporanga no ano de 1998. Os resultados obtidos nos quinze municípios inicialmente envolvidos levaram o SEBRAE/SP a aperfeiçoar e desenvolver este sistema em outras tantas regiões do Estado de São Paulo. De maneira geral, em 2007, o programa passou por profundas transformações, todas elas procurando corrigir as falhas do programa anterior, além de buscar aproveitar esta experiência. (RELATÓRIO FAPESP, P. 07/50881-2) O SAI propõe e disponibiliza linhas de assessoria técnica e gerencial, assessoria administrativa de forma sistematizada por meio da informação em planejamento tecnológico, organização da produção, mercado e comercialização, (SEBRAE/SP, 2006). São, portanto, ações voltadas para a capacitação ao mesmo tempo produtiva e profissional.

Vis a vis, o SAI é para o trabalho de pesquisa que pretendo desenvolver uma espécie de “instituição modelo” para a partir desta entender e debater a complexidade (ainda indefinida) de uma nova agricultura, ou mesmo da contextualização e definição de um novo local (rural), conforme aponta Almeida (2009). Instituição, o SEBRAE, via, no caso o SAI, tido como seu “braço direito⁷” que trabalha “na ponta” dos acontecimentos, captando, transformando, e por fim vendendo conhecimento. Conhecimentos estes, que chamarei neste trabalho de “conhecimento produtivo” (SAPIA, 2004)

1.2 Justificativa fundamentação científica e revisão bibliográfica.

A emergência destes negócios para os quais o sistema SAI se volta concentra conhecimento e capacidade produtiva em rede de pequenas e médias empresas apontando para uma nova institucionalidade e para a definição de novos espaços produtivos, conforme apontam Urani, Cocco e Galvão (1999). Todavia, no tocante ao debate sobre modo de produção, falamos em “brechas” ou “fendas” do sistema. Tendo como base tanto a literatura internacional, *Bagnasco*, (1988), *Becattini* (1998), e *Rullani*, (1998), quanto às experiências produtivas cada vez mais localizadas quer no Brasil, como aponta *Veiga* (2005); *Luzzi* (2008); Almeida (2009), *Sabourin* (2009), ou em se tratando de emergências produtivas de países centrais, conforme aponta Rusco e Paba (1997) ou *Bardhan* (1999). Verificamos nestes casos a valorização de novas atividades produtivas sendo estas distintas do velho modelo industrial de consumo de massa, valorizando o conhecimento como principal fator tanto da produção quanto do produto, (BECATTINI e ZORINI, 2003). Verificamos nestes casos a predominância de argumentos construídos a partir de pesquisas que detectam a superação de um tipo de organização do trabalho, desenvolvimento, e formação de parque produtivo.

⁶. Os municípios envolvidos: Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga, Trabiçu.

⁷ Conforme depoimentos recolhidos em entrevistas que realizamos no pós-doutorado com agentes e diretores do SEBRAE, o SAI, desde sua implantação é uma espécie de instituição modelo do SEBRAE, constituindo-se no seu principal (maior) orçamento.

Conclusões obviamente embasadas em elementos díspares. De qualquer maneira mais atribuída a uma literatura voltada para a sociologia urbana ou industrial, e mais propriamente para a sociologia do trabalho têm-se autores que falam de fato numa substituição de sistemas produtivos, como Coriat (1993), ou numa perspectiva “neofordista”, com elementos de continuidade como Watanabe (1993). Na sociologia que se convencionou chamar de rural, conforme extraímos de Carneiro (1999), Schneider (2007), e *Sabourin* (2009), o consenso sobre a mudança contempla em todo caso o surgimento e organização deste tipo de atividade produtiva sempre dotado de forte potencial de subjetividade. Na nossa investigação, trabalhamos com a constatação empírica destes novos “espaços” produtivos. Espaços produtivos, já constituídos, ou em vias de constituição e reconhecimento institucional. Este tipo de organização produtiva relaciona uma série de fatores favoráveis que podem ser lidos, como *commons-based peer-to-peer production*, (FONTE, 2004) ou, um sistema que apesar de não ser destinado a substituir os outros, se apresenta como superior a eles na medida em que se sustenta fundamentalmente na alocação de conhecimento e criatividade humana, (FONTE, 2004). Ou, a dinâmica de novas atividades agrícolas que se definem dentro dum ambiente rural, ou de “ruralidade” (KAGEYAMA, 2008) que se re-define como aponta Almeida (2009), buscando valorizar elementos que dantes “não existiam”. A re-definição do “espaço (rural) e contexto (duma nova agricultura)” é sintetizada por *Kageyama* (2008), recuperando autores que tem como foco de discussão tais mudanças como José Eli da Veiga (2000), Favaretto (2007) dentre outros. O que importa reter como “pano de fundo” sobre este ponto, condição *sine qua non* para iniciar uma pesquisa do gênero, sendo contra-producente arriscar resultados precipitados, é o consenso sobre a existência da mudança. Ou, o que mais próximo podemos chegar do que autores como *Bourdieu, Chamboredon e Passeron*, (1999) concebem como fato social. As discussões acerca da ênfase ou prioridade de aspectos destacados por esta ou outra corrente colocando de um lado autores como *Abramovay* (2003) e Veiga (2000), que priorizam a ação dos agentes produtivos e o fluxo institucional; de outro Martins (1981) e Navarro (2010) que enfatizam o papel das instituições políticas ou mesmo Silva (1999) que busca restabelecer a discussão acerca de experiências produtivas é empreitada que será realizada oportunamente e se for o caso (de acordo a necessidade do objeto) no âmbito e desenrolar da pesquisa.

Para uma síntese rápida, porém sem esgotar a própria caracterização pinçamos de Moreira (2005):

No Brasil da atualidade, sob amparo dos discursos do desenvolvimento rural sustentável, a ambivalência daquela hegemonia globalizada impulsiona processos nacionais de compreensão do espaço agrário como um novo mundo rural. Esse passa a ser compreendido não mais como um espaço exclusivo das atividades agrícolas, mas como lugar de uma sociabilidade mais complexa, que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais, e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que, no processo de valorização do mundo rural envolvem a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da reorganização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento e a expansão dos turismos rurais (ecológico e cultural). (p.38)

Exemplos consolidados que têm servido como referências no tocante as discussões sobre estas novas formas produtivas, lembramos os casos da Alemanha nas regiões da Baviera e do *Baden Whüttemberg*, Na França o *Sentier*; Nos EUA do *Silicon Valley* e no caso italiano com destaque para duas regiões, *Vêneto* e *Emilia Romagna*, estes últimos discutidos sobre a ótica do modelo “distrital”, ou dos distritos industriais

italianos⁸. Sobre todos estes casos, existe vasta literatura disponível atribuindo o sucesso produtivo localizado como altamente dependente da capacidade de mobilização e uso do conhecimento, (COCCO, GALVÃO E SILVA, 2003). Ainda que tal “emergência produtiva” seja mais facilmente identificável em países de “desenvolvimento antigo”, conforme coloca Lima, (2005), no Brasil sob forma de regionalização (MOREIRA, 2005) têm-se casos consolidados no Rio Grande do Sul como exemplo do conhecido Vale dos Vinhedos, em Santa Catarina, que mesmo estando boa parte da experiência neste estado é conhecido como das “serras gaúchas”, o entorno do chamado “Vale do São Francisco, com ênfase para o estado da Bahia, compreendendo experiências de outros Estados do nordeste. Em todo caso, ocorrências que mais interessantemente captam serem observadas neste trabalho, pela sua natureza, dinâmica, forma de surgimento e desenvolvimento, singularidade etc., podem ser descritas como aquela observada por Eli da Veiga (2005) como experiência do município de Saltinho”.

Ótimo exemplo é Saltinho, município de 6 mil habitantes vizinho da famosa Piracicaba. Sua renda per capita não chega à metade da de São Caetano do Sul, mas é a terceira mais alta entre os municípios rurais paulistas. Com esperança de vida acima dos 77 anos, e a mais alta taxa de alfabetização de adultos dos municípios rurais paulista (96%), ele atinge o invejável IDH-M de 0,851, o nono do Estado (...) Há em Saltinho uma empresa para cada 24 habitantes. E 239 das 246 empresas são micro e pequenas. (...) E na agropecuária há outra curiosidade: predominam os sítiantes, apesar de o município estar encravado na imensa mancha canavieira, cercado de usinas. Quase todo trabalho agrícola permanente é exercido por mão-de-obra familiar (90%), enquanto essa proporção não chega a 50% na maioria dos municípios paulistas. E os sistemas produtivos são bem intensos, pois há mais de seis pessoas ocupadas para cada 100 hectares. (p. 85)

São casos como este descrito por Veiga que encontro “escondido.” em municípios agrícolas da região de Araraquara conforme pesquisa de pós-doutorado recém concluída. (FAPESP: 07/55182-2), Ou mesmo como postula *Kageyama* (2008) estabelecendo índices de desenvolvimento rural (IDR) e apontando como dada região ou município esconde realidades “completamente” distintas no tocante a organização da produção agrícola e do espaço rural. São, portanto, experiências tópicas que devem ser entendidas na sua complexidade, contribuindo desta forma com o debate mais amplo sobre o tema. A pesquisa está situada, conforme creio por esta altura já deve ter ficado claro, na crítica ao chamado modelo de desenvolvimento econômico do século passado conforme caracteriza *Kageyama* (2008) recuperando Favaretto, (2006). Modelo (ou experiência), este novo, que contempla na sua definição e desenvolvimento, necessariamente, indicadores qualitativos e de sustentabilidade inimagináveis décadas atrás.

Um apoio teórico central, sobre o qual passam a maioria dos estudiosos destas novas experiências produtivas, são os já clássicos escritos de *Piore e Sabel*, (1984), que apontam às possibilidades de expansão destas novas empresas contextualizadas dentro de um novo mercado. Em *The Second Industrial Divide*, (1984), os autores observam a existência duma forte tendência das pequenas e médias empresas aglomeradas,

⁸ - Ainda que o fenômeno dos distritos industriais italianos seja bastante conhecido e corrente na literatura específica vale ponderar que trata de um tipo de organização produtiva dentro da perspectiva de desenvolvimento local que “explodiu” na Itália do pós-guerra, especial atenção para o norte de país, e em regiões que não passaram por processo acentuado de industrialização (grande indústria). O que teóricos sobre os distritos buscam argumentar é que a resposta à crise produtiva pela qual passava a Itália veio de regiões pouco, ou baixa taxa de industrialização. Para melhor definir os distritos industriais (DI s) concordamos com Becattini (1999), segundo o qual os podem ser entendidos como sendo um grande complexo produtivo, em que a coordenação e o controle do seu funcionamento independe de regras pré-estabelecidas, projetos, e mecanismos hierárquicos. São construídos e submetidos num mesmo momento ao jogo do mercado

aproveitando de todos os benefícios e requisitos das grandes empresas se expandirem chegando até a “ameaçar” o sucesso dos grandes aglomerados produtivos que apresentam pouca cooperação e alto grau de disputa ou concorrência.

O modelo de desenvolvimento das grandes empresas que passaram por um profundo processo de desverticalização a partir da década de oitenta, abriu espaço para as pequenas empresas, tanto complementarem a cadeia de produção, conforme pondera Pochmann (2006), quanto abrem espaço para um novo modelo produtivo assentado em novas demandas de consumo, que só as pequenas empresas com seu conhecimento – *savoir-faire* pode realizar. *Hardt e Negri* e (2005) apontam:

Começa a surgir, por exemplo, uma forma pós fordista de produção agrícola que se caracteriza por este tipo de mudança tecnológica. A modernização agrícola escorou-se fortemente em tecnologias mecânicas, do trator soviético aos sistemas californianos de irrigação, mas a pós-modernização agrícola desenvolve inovações biológicas e bioquímicas, paralelamente a sistemas especializados de produção, como as estufas, a iluminação artificial e a agricultura sem solo. Essas novas técnicas e tecnologias tendem a afastar a produção agrícola da produção em larga escala, facultando operações mais especializadas em pequena escala (p. 155).

Um ponto comum destes argumentos é a concentração dos aglomerados produtivos geralmente em pequenas empresas, formando um ambiente institucional nos territórios. Este ambiente dos territórios produtivos (BECATTINI, 2001) se constitui num “local” de cooperação produtiva e difusão do conhecimento. Dentre tais experiências que evocam conhecimento, diferenciação, qualidade, escolha, etc., destacamos estas que chamamos de produção alternativa (ALMEIDA, 2009), destacando a chamada produção orgânica, linha trabalhada pelo SEBRAE, e que apresentam ocorrências significativas na região conforme casos de propriedades ligadas a COAGROSOL, por isso também ao *fair-trade*, ou mesmo fora desta em iniciativa isolada ou não.

Para o estudo proposto importa observar que em todos estes casos, verificados e apontados dentro do vetor de um novo mercado ou economia, existe o fator central da capacitação ou qualificação como conhecimento. (GLOTZ, 1999). Um conhecimento que tem valor em si (GORZ, 2003), e que para sua validação e difusão (para ser construído como mercado) deve sempre haver cooperação conforme aponta *Hardt e Negri* (2005), ou então, um misto equilibrado entre disputa e cooperação (COCCO, URANI e GALVÃO, 2003), que, muitas vezes é dado pelo próprio mercado. O mercado neste caso é rede privilegiada de trocas, (CASTELLS, 1999), que qualifica e valida a produção. Admitindo o conhecimento ou, o “valor do conhecimento”, (GORZ, 2003), como valor em si, portanto como principal força produtiva, (RULLANI, 1994) teremos de conceber a “capacitação”, ou seja, a principal política do SAI, como investimento, e não mais como mera política compensatória. Neste caso o conhecimento “em si”, força produtiva, é mercadoria colocada à prova (validação) pelo mercado (LAZZARATO e NEGRI, 2001). E, numa relação simbiose construindo mercado (mercados) e sendo pelo mercado construída, (ABRAMOVAY, 2006)

O sistema SAI/SEBRAE é um terreno frutífero para estudar este tipo de transformação uma vez que sua principal atuação e conteúdos programáticos investem pontualmente no conhecimento, como a principal

força produtiva. Particularmente no tocante a um tipo de capacitação profissional que seja validado pelo mercado, e que, portanto se constitua em si em força produtiva e ao mesmo tempo em desenvolvimento e investimento em criação de tecido produtivo, uma vez que não dissocia trabalho dos meios necessários para sua execução, como no entendimento de *Gorz* (2003). As pequenas empresas sempre têm também como desafio, construir estratégias de uso e aprimoramento de inovações. Tais inovações consistem em conhecimento em sentido amplo, tanto de como produzir e competir, quanto de gerenciamento e gestão do negócio, acesso às políticas de crédito etc. São, portanto, fatores, estes da definição de novas (diferentes) relações sociais na pequena agricultura alternativa, que quer enfatizando e priorizando pontos da sustentabilidade da produção, conforme Almeida (2009), ou então preferindo particularizar núcleos de complexidades produtivas como Moreira (2005), ou Veiga (2005), como entendo, apontam para a redefinição ou re-contextualização do meio rural na “emergência de uma nova “ruralidade” que no entendimento de Wanderley (2000) dialoga e aproveita as antigas formas produtivas, mesmo colocando-se como nova.

Uma definição em princípio laica do desenvolvimento local pode ser extraída de Portuguez (1999), para quem o “local é a instância ambígua e complexa na qual o global se manifesta”. Em se tratando de pequenos e médios empreendimentos rurais ou agrícolas, buscamos trabalhar com o conhecimento desenvolvido no meio rural, ou, “um sistema local de desenvolvimento rural”:

(...) um sistema local de desenvolvimento rural, pode ser definido como um sistema local de desenvolvimento, no qual o ambiente social e econômico é caracterizado ao mesmo tempo por atividades de produções e valorizações de recursos naturais renováveis que tem uma base territorial e que constituem o núcleo fundamental do conhecimento contextual do mesmo sistema, (Romano, 1998).⁹

Kageyama (2008) tem colocação que corrobora com esta, segundo a qual:

O desenvolvimento rural tem de específico o fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio. Ao mesmo tempo, as áreas rurais desempenham diferentes funções no processo geral de desenvolvimento, e, ao longo desse processo, essas funções se modificam. A função produtiva, antes restrita à agricultura, passa a abranger diversas atividades (...) (p. 67),

Portanto, o sistema local de desenvolvimento rural é particularizado na produção e uso do conhecimento. O conhecimento integrado do desenvolvimento rural voltado para cristalização produtiva, e valorização de um tipo de conhecimento em si mesmo. Significa, portanto, conceber, o local como “deslocal”. Idéia extraída do fato segundo o qual a identidade não é mais necessariamente formada apenas pelo local enquanto delimitação física e territorial. É cunhada, principalmente pela troca de conhecimento e processos interativos. É neste sentido que ao que parece aponta Moreira (2005), :

Em outra análise (MOREIRA, 1999 b) destacava-se que nas sociedades contemporâneas – cunhadas por alguns como sociedades do conhecimento e da informação – à produção material é incorporada a produção não-material, simbólica. A esfera da produção incluiria então, tanto a competitividade capitalista, quanto a possibilidade de apropriação de conhecimentos culturais rotineiros de culturas não

fluxo em rede criado pelos aglomerados locais.

⁹ - Tradução nossa.

hegemônicas, como as indígenas, camponesas, de curandeiros e de minorias, bem como, acrescento agora, a apropriação do rural imaginário, que acima delineamos. (p. 34)

Tem-se uma situação na qual as identidades são formadas no fluxo da informação (em geral) e o local depende não apenas do pertencimento físico a uma dada região, quanto da informação ou identificação por fatores subjetivos ou imateriais como simpatia, escolha, ou de maneira mais “palpável”, da decisão do que consumir, de onde e com quem frequentar. Capta, então perseguir a genealogia deste saber, ou “saber produtivo” (LIMA, 2005), e como ele se relaciona com o mercado.

Como aparece em *Abramovay* (2000) sugerindo à tradição italiana (*Bagnasco*, 1999, *Rullani*, 2002):

A idéia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. Um território apresenta uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. (p. 385)

Portanto, nesse estudo, a caracterização do local como espaço da produção considera fatores disjuntos e inter-relacionados como localização, distância dos centros de contaminação (*Bagnasco*, 1999), distribuição e acesso, logística, cooperação etc., conforme coloca *Kageyama* (2008), estabelecendo indicadores para o “desenvolvimento rural”. Complexidade de fatores envolvendo uma série de recursos institucionais ou não na órbita das diretrizes de políticas públicas compreendendo fatores diversos, conforme apontam *Campanhola e Silva* (2000), como recursos naturais, educação, renda mínima, garantias básicas de renda etc. Acrescenta-se o fato, que conforme aparece em *Sabourin* (2009) a base das próprias políticas públicas, tendo como órgão privilegiado o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem por base os chamados “territórios rurais”. Tal inventiva facilita a ação estratégica, dentre outras, considerando as diversidades e diferentes demandas locais e regionais.

O estudo do programa SAI permite, entender a genealogia deste tipo de saber que recupero a tradição e terminologia francesa: *savoir-faire*¹⁰, que significa um conhecimento, ou tipo de conhecimento, criado, reproduzido e modificado pelo que entendemos como conhecimento rural, ou típico das sociedades rurais, (VEIGA, 2005). Ou então, como *condition paysanne* (DE BENEDICTIS, 2004), usando a terminologia para designar um tipo de conhecimento atribuído às sociedades rurais italiana. Conhecimento tido como uma espécie de “saber comum” (NEGRI E HARDT, 2005). É este mesmo saber comum que notoriamente, conforme apontam Santana, Souza e Deluiz, (1999) passa a ser valorizado pelo circuito de mercado, dando resposta à crise da sociedade de massas.

Bagnasco (2001) aponta que a interação entre a estrutura urbana e rural dentro dum dado contexto italiano, foi capaz tanto de suplantar esta separação, quanto, aproveitando estas experiências, construir um novo ambiente produtivo.

¹⁰. O termo em francês indica um tipo de saber completamente distinto daquele valorizado pela sociedade industrial e pelo uso e conta da técnica. Portanto trata-se de um tipo de conhecimento completamente diferente daquele “criado” especificamente para a resolução do problema em específico. Trata-se de um conhecimento em movimento e, portanto em completa mutação, e que é digamos assim, propriedade intelectual da sociedade, ou da coletividade que o mobiliza constantemente. Em resumo, de propriedade daquele que mobilizar este tipo de conhecimento. Um conhecimento que por sua vez, apenas se aprende fazendo, ou no curso da vida.

Essas cidades ativaram esse processo em interação com as regiões rurais caracterizadas, do seu lado, por uma estrutura social particular: a da família rural autônoma, proprietária de pequenos lotes de terra, *en fermage* ou *en métayage*. Essa família forneceu ao mercado de trabalho das pequenas empresas industriais, operários polivalentes, formados num meio rural auto-suficiente e culturalmente direcionados para a autonomia e a mobilidade. Além disso, ela oferecia uma certa segurança frente ao mercado de trabalho incerto e, as vezes, uma gestão integrada das rendas suplementares. Em inúmeros casos, em somente uma ou duas gerações surgiram dessas famílias rurais, artesãos e pequenos empresários. Assim, a ação combinada dessas duas condições permite melhor entender a razão pela qual o meio mais favorável a expansão da pequena empresa foi o que um economista designou “campo urbanizado. (BAGNASCO, 2001, p. 38)

O SEBRAE via programa SAI cria e proporciona um ambiente institucional de interação propício ao desenvolvimento de uma nova forma de produzir e de inserção no mundo produtivo e do trabalho. Ativando desta maneira relação entre uma série de fatores (saberes), antes tidos como separados, tal o caso das dimensões rural e urbana conforme eram concebidas no passado. Organizações produtivas que *“ficam no interior desses sistemas urbanos interconectados, liderados pelas cidades médias, podem ser concebidos como clusters agroindustriais, e são esses espaços que têm potencial para o desenvolvimento econômico”* (KAGEYAMA, 2008, p. 29)

Em princípio, este tipo de saber que trato, sugere, uma espécie de retorno ao velho modo de produção artesanal, conforme sustentam Santana, Souza e Deluiz (1999), que viriam, ou retornariam como resposta à crise da sociedade de massa. Todavia, este “saber fazer”, que normalmente na tradição italiana é tido como criação genuinamente *“contadina”*, ou artesanal Rullani (1994), não é um tipo de saber estático, e que se reproduz como tal. Este tipo de saber está em transformação constante e interage com o que Esposti (2004) chama de “diversos saberes” que, digamos assim, “se necessitam”. Estudar a genealogia destes “saberes” bem como suas vias de acesso e difusão, remete ao terreno comum do conhecimento, ou conhecimento produtivo. (COCCO, GALVÃO e SILVA, 2003). Comum no sentido da sua experimentação, ou seja, da sua validação e contaminação como construção de locais ou territórios produtivos, (LAZZARATO e NEGRI, 2001). Um saber, neste sentido que apenas tem “valor” como “valor do conhecimento” em si, como força produtiva, conforme apontam Rullani (1994), ou mesmo Gorz (2003), na medida em que há ação de troca e cooperação.

A troca e cooperação pela via do mercado constituído ou não, sugerem o estudo do programa do SEBRAE que sugere a e a contaminação entre economia e sociedade, ou, entre sociedade e mercado de forma interdependente. Como, ou de que forma, a construção de valores econômicos passa necessariamente pela mediação social. Os conteúdos das políticas e cursos do SAI, possibilitam entender a contaminação entre sociedade e mercado, lembrando Abramovay, (2006) que escreve sobre os interessantes estudos de Louch e diMaggio (1998), e que inevitavelmente nos remete as colocações clássicas de Weber em *Economia e Sociedade*. De qualquer forma, na construção de um novo mercado com valores diferentes. (SWEDBERG, 2003), ou na domesticação ou moralização do capitalismo, revelando pontos da definição de uma nova ética do mercado (SANTISO, 2005). Por outro lado, ou considerando o viés inverso de contaminação cabe apontar que o meio agrícola e rural da “pequena produção”, não ficou imune a monetarização conforme aponta

Conterato (2008), antes disso, é influenciado pelo mercado, não apenas o local, mas o grande mercado, e de forma tal a adaptar (e construir) alternativas (positivas e negativas) próprias, (típicas e localizadas).

Este mercado ou mercado em formação aponta para sua completa integração:

Novas realidades estão sendo impostas no que diz respeito às produções regionais brasileiras, inclusive no âmbito da globalização das trocas e por meio das regulamentações da Organização Mundial do Comércio sobre as indicações de origem. Estas envolvem a qualidade dos produtos da agricultura e pecuária, a qualidade dos processos de produção e transformação desses produtos e as condições de conservação dos ecossistemas cultivados. Certificação de origem, selos, certificados de qualidade, produtos orgânicos, produtos caipiras ou de territórios representam conceitos de Marketing para a economia capitalista internacional. São também, noções sobre as quais os agricultores familiares e camponeses têm algo a dizer; e em geral muito mais do que os empreendedores da soja ou os agroindustriais do milagre econômico. (SABOURIN, 2009, p. 268)

É esta mesma relação interativa de uma nova forma de produzir que nos leva ao entendimento de um “capitalismo cognitivo”. Situamos o conceito de capitalismo cognitivo particularmente do pensamento de Gorz (2003), e de Lazzarato e Negri (2001), para os quais consensualmente se pode afirmar a crise da teoria do valor de cunho marxista, para a qual o trabalho (preferencialmente material) era mensurável enquanto produtor de valor. Para estes autores, o conhecimento, que é necessariamente produção coletiva do comum e que é sempre produzido por quem “faz” (trabalha), é, ou passa a ser a principal força produtiva. Assim, pode-se dizer também, seguindo o passo destes autores, que se existe exploração, lucro e principalmente apropriação do comum, ou da produção comum de riqueza, é por que existem elementos capazes de “legitimamente” privatizar o conhecimento e o saber (GORZ, 2003), e aqui falamos em “conhecimento produtivo.”

Um exemplo para entender esta relação de um tipo de saber rural, que se transforma em agroindustrial, é dado por Negri (2006) ao colocar a discussão sobre as sementes geneticamente modificadas. A semente e sua adequação ao solo, clima, período, etc., é modificada pelo processo de experimentação típico da atividade rural praticada pelo camponês, ocasião em que estamos diante deste tipo de saber apontado como *savoir-faire*. Trata-se dum tipo de trabalho que é em si conhecimento validado pelos sucessos e insucessos da experimentação ao longo do tempo. O que estas novas experiências produtivas sugerem é que o conhecimento – *savoir faire* - interage com outros diversos saberes, (ESPOSTI, 2004) e transformando-se mutuamente produzem o conhecimento produtivo.

Lesser e Krattiger (1994) conceituam separadamente dois tipos essenciais de “saber”, ao analisarem a biodiversidade na tecnologia genética. Um primeiro tipo que diz respeito ao patrimônio de conhecimento acumulado, portanto codificado; Outro, ligado ao conhecimento “de conteúdo” que não necessariamente precisa do primeiro. Este segundo tipo de conhecimento colocado por estes autores existe com ou sem a possibilidade de comunicação com o primeiro tipo de saber. Todavia, é a comunicação entre eles que caracteriza a atual produção de saber produtivo. O primeiro está mais ligado ao conceito de *savoir faire*, o segundo ao desenvolvimento técnico e científico.

Autores como Dibiaggio (2002), ou ainda, o estudo de Esposti (2004) sobre produção, difusão e acesso ao conhecimento biotecnológico, revelam pontos de discussão interessante. Estes autores buscam aplicar a teoria *General Purpose Technologies* (MAGGIONI, MERLZONI, 2002) no âmbito agrícola,

revelando os mecanismos e formas que as grandes empresas e aglomerados produtivos se apropriam e privatizam o conhecimento agrícola produzido socialmente. Também, como o acesso ao conhecimento socialmente produzido é “controlado” pelas grandes corporações, ou como estas manipulam o acesso. Estamos diante, segundo colocação de *Esposti* (2004) de várias e distintas formas de conhecimento, cabendo considerar como elas se relacionam. A relação entre elas, ou o que este autor chama de “sistema do conhecimento”, ou ainda “gestão do sistema do conhecimento”, define tanto a origem quanto a transformação e acesso a este mesmo conhecimento. Com relação à estudo voltado para assentamentos rurais da mesma região em questão, Queda, *Kageyama* e Santos (2009) apontam:

Como já foi sugerido, no lugar de rejeitar nos assentamentos rurais a cana-de-açúcar, o eucalipto, a soja e outras culturas amigas do agronegócio, é mais sábio utilizá-los em sistemas produtivos em núcleos de processamento, que permitiriam às famílias dos assentados se apropriarem do conhecimento adquirido e dos ganhos destas atividades. (P. 63)

Trata-se, portanto, fundamentalmente da relação entre saberes. Da forma em que o conhecimento é gerado, circula, e por fim, é apropriado pelo sistema sugerindo o alimento no qual se assenta o capitalismo cognitivo. (COCCO, GALVÃO E SILVA, 2003)

Mas como apontam *Becattini e Zorini* (2003), que falam em sistema produtivo local, quando além de elementos de ordem mais econômica, como competitividade, cooperação, e desenvolvimento técnico científico, estão necessariamente relacionados outros fatores e características institucionais como cultura, moral, contexto local, vocação e conhecimento. Portanto, entendemos por conhecimento produtivo a capacidade de mobilizar e inter-relacionar uma série de fatores capazes de recuperar e alterar conforme necessidades, habilidades díspares que são validadas pelo mercado e pela sociedade. É neste sentido que o entendimento de capital social, ou melhor, capital social rural, proposto por Abramovay (2000) é central para pensarmos as propostas e programas de capacitação que pretendemos estudar. Os fatores que confluem para a formação do capital social de um determinado território são de ordem tanto geográficos, portanto materiais, quanto de ordem altamente subjetiva podendo, por assim dizer, criar e desenvolver “territórios em rede”. A territorialidade, a distancia física e os meios de comunicação são importantes, mas não determinantes, uma vez que “o sistema de relações em rede” pode vir a suprir estas diferenças. Portanto, formando, uma espécie de “territórios do conhecimento”. (COCCO, GALVÃO E SILVA, 2003).

2) RESULTADOS ESPERADOS

Capitalismo cognitivo é a produção de valor, (e acúmulo) por meio, principalmente, da capacidade em mobilizar recursos produtivos altamente dependentes do conhecimento. (LAZZARATO e NEGRI, 2001). Portanto, as políticas e ações destas novas empresas ou produção alternativa que estudarei são dependentes do capital imaterial (saber, conhecimento, *savoir-faire*).

O trabalho proposto neste projeto tem como objetivo, pesquisar, conceber e entender o chamado Programa SAI pontualmente, por meio das chamadas experiências alternativas. Por empresas ou “iniciativas alternativas” entendo toda e qualquer iniciativa produtiva, restrita ao meio agrícola ou até rural que na ação prática coloca-se como alternativa ao modelo hegemônico da planificação do consumo em

geral. (ALTIERI, 1989, ALMEIDA, 2009). Dentre o rol de iniciativas que considero alternativas cito principalmente a produção orgânica, *fair-trade*, selo verde dentre outras encontradas na região em questão. Mas, no estudo consideraremos também os pequenos empreendimentos agrícolas de maneira geral que não se restrinjam à mera produção de alimentos (fornecedores), ou então, que na condição de pequenos empreendedores do meio agrícola atuem com inovação e marcante dependência do “capital conhecimento”. (produção diferenciada, selo de qualidade, marketing, fatores culturais e históricos como recuperação de produtos, sabores e saberes etc.), conforme aponta *Fialho* (2005) em estudo de caso no sul do Brasil. Observando que estas iniciativas se relacionam, aproveitando-se inclusive dos espaços e infra-estrutura abertas pelo agro-negócio conforme aponta *Romeiro* (2007).

Tais ações são concebidas no projeto como programas de capacitação ou qualificação “empreendedora”. (VEIGA, 2005). Por iniciativa empreendedora, entendo as ações coordenadas, compreendidas no ato de criar ou empreender um negócio. Trata-se da iniciativa individual ou de um grupo de pessoas em criar alternativas produtivas viáveis, ou então buscando viabilizá-las comercialmente pelo mercado constituído ou em formação. E é claro que tais iniciativas preferencialmente acabam preenchendo nichos de mercado, e que por isso se aproveitam preferencialmente do conhecimento gerado internamente ao grupo a ser transformado em alternativa de micro-emprego, conforme *Bardhan e Udry* (1999). Pontuando que tais micro-empregos pela sua própria formação (mais comunitária), ou seja, pela sua própria origem criam e interagem redefinindo o próprio capitalismo (SANTISO, 2005)

A região de Araraquara, particularmente no tocante à forma de desenvolvimento rural praticada, pode revelar pontos importantes para pensar o desenvolvimento agroindustrial das pequenas e médias empresas agrícolas. *Becattini e Zorini* (2003) apontam que áreas heterogêneas tanto econômicas quanto culturalmente e que apresentam disparidades e conflitos de interesses, podem fazer, dependendo da relação e das redes institucionais de dependências criadas, com que tais conflitos, sejam colocados favoravelmente ao desenvolvimento da região. Segundo estes autores, a interdependência de fenômenos culturais, sociais e econômicos é mais importante que a identificação precipitada da homogeneidade ou heterogeneidade de dada região. Ainda, segundo *Becattini* (1998), ao analisar algumas experiências italianas, aponta que existe um misto de cooperação e competição fazendo com que as empresas se utilizem espaços abertos pelos grandes aglomerados produtivos, principalmente no tocante a inserção de mercado; Por sua vez, os grandes aglomerados também utilizam o conhecimento gerado pelas pequenas empresas. Neste sentido *Julien* (2010) aponta a relação entre o ato de empreender e a utilização do conhecimento (considerado amplamente). O “local” – terreno normalmente considerado como da “agricultura tradicional ou convencional” aparece como uma espécie de campo de batalha e interesses em que estas novas experiências atuam (SHIVA, 2001)

O problema da pesquisa refere-se, portanto, a origem, criação, desenvolvimento e difusão deste conhecimento valorizado pelo mercado como capital, ou condição *sine qua non*, de inserção produtiva. Trata-se, portanto, da forma que este conhecimento é produzido e transformado constante e ininterruptamente. Para o tema referências tópicas e centrais que devem de forma inédita ser experimentadas para os estudos do gênero (sociologia agrícola e rural) obras de *Cocco, Urani e Galvão*, (1999) *Lazaratto e Negri* (2001), ou

mesmo *Hardt e Negri*, (2005), e *Gorz* (2003). Ou então: Quem produz, e como é produzido e transformado este conhecimento, ou como este conhecimento existente (produzido e transformado) se relaciona com o acesso e difusão do mesmo. O estudo pode revelar ainda a seguinte situação: aberturas ininterruptas da produção e acesso, possibilitando a transformação constante; ou então reprodução de “módulos de conhecimento constituídos”.

Estas novas experiências produtivas para as quais o programa SAI estão voltados são mediadas não simplesmente para o mercado, mas para a própria “construção de mercado”. (WILKINSON, 2008) Este mercado necessariamente passa por condicionantes de valores sociais. A origem, difusão e uso do conhecimento é condição necessária de inserção produtiva e profissional, (COCCO, GALVÃO e SILVA, 2003). Produção e acesso ao conhecimento significam estar e ser inserido como produtor. Pela ótica do SEBRAE, deter conhecimento significa ser proprietário de meios de produção, e, ao mesmo tempo, executor do trabalho. Ou então, o conhecimento produtivo, antes de ser privatizado, sua produção e transformação pertence “antes” aos agentes produtivos ou trabalhadores, (BAGNASCO, 2001). No período de hegemonia industrial o conhecimento necessário á produção é apropriado privativamente por meio de alguns mecanismos. O mais conhecido manual de expropriação do saber, como se sabe, é a gestão da organização do trabalho de *Taylor*. Neste sentido, mediante o fluxo de reorganização produtiva em que a produção cada vez mais é deslocada temporal e fisicamente (COCCO, URANI e GALVÃO, 1999), pensamos que os mecanismos de expropriação e privatização do conhecimento podem tanto existir quanto terem sido reestruturados, conforme apontam *Esposti* (2004), ou mesmo *Fonte*, (2004), que mesmo discordando do primeiro sobre a relação desta apropriação, admite que ela exista de maneira reformada.

3)- DESAFIOS CIENTÍFICOS E MEIOS PARA TRATÁ-LOS

O trabalho de pesquisa que pretendo tocar adiante se coloca no contexto da chamada “nova agricultura” (ALTIERI, 1989; ALMEIDA, 2009; ANGELI, 2002). Ou seja, uma agricultura ou atividade agrícola inserida dentro dum ambiente tutelado e valorizada por fatores vitais imprescindíveis como a crescente redução à agressão ambiental, valorização da biodiversidade, tutela hidrogeológica, preocupação com o bem estar dos animais, recuperação de sistemas econômicos até então considerados marginais, valorização da cultura e tradição local. Uma agricultura que engloba fatores dispares como da agra-ecologia (ALTIERI, 1998), da produção diversificada e ligada a fatores vitais múltiplos (SHIVA, 2006), da produção orgânica (PENTEADO, 2000). Uma agricultura que valoriza a multiplicidade de fatores, todos qualitativos e que por isso se distancia, apesar de se relacionar, com a agricultura massificada e convencional. Evidente que não pretende construir uma categoria “fechada” de análise em que seriam enquadrados apenas casos tópicos. Friso que as experiências que estão em questão neste trabalho valorizam mais fatores qualitativos e de diferenciação, reconstruído valores, comportamento e a própria dinâmica do consumo, conforme aparece em *Wilkinson* (2008) indicando esta rede em que se constitui o “novo mercado”. Fatores ligados à qualidade de vida, do meio ambiente de maneira geral, e que se distanciam cada vez mais do uso de insumos químicos e de pesticidas, conforme apresenta *Penteado* (2000) tratando da “agricultura orgânica”. Ou seja, uma agricultura, ou nova agricultura conforme pondera *Angeli* (2002) dotada e que é em si um modelo de

multifuncionalidade, ou pluriatividade, como apontam Carneiro (1998) ou Schneider (2003) voltado para a discussão circunscrita ao que pode ser considerado um novo paradigma agrícola como sugerem Lacerda e Marques (2009). Uma agricultura, portanto, potencializada na abertura de novos mercados e produtos e que acaba impulsionando (e até criando) mudanças institucionais e potencialidades de inovação tecnológica. Chamamos esta nova turbulência de também “novo potencial produtivo e de consumo”.

Beccatini e Zorini (2003) facilitam nossos argumentos na medida em que, olhando para o caso europeu contemporâneo, propõe quatro tipos diferentes de agricultura. Sinteticamente, uma primeira voltada para o consumo de massa em que prevalece as médias ou grandes empresas (ou mesmo propriedades se pensarmos no caso brasileiro), com marcante integração vertical com a indústria agro-alimentar. O desenvolvimento destas empresas depende sempre do progresso técnico científico exógeno. Um segundo tipo de agricultura, também este estandarizado, mas em pequena escala e com boa parte destinada ao autoconsumo. Este segundo tipo, mas próximo, nos parece do modelo hegemônico presente na região de Araraquara. Um terceiro tipo citado por *Beccatini e Zorini* (2003) fala da especialidade de produtos agrícolas historicamente ligados a um determinado território. Diz de um produto típico ligado visceralmente a características locais muito bem definidas. E por fim, fala de um quarto tipo de agricultura que é típico de um território com elevado fator ambiental, não apenas de localização física, mas subjetiva e intelectual como artesanato local, serviço paisagístico, de literatura e cultural, etc. Trata-se de casos em que o produto está fortemente radicado no imaginário coletivo, que identificam o produto com um contexto não apenas natural, mas social e cultural. Este caso é bem exemplificado pelo agro-turismo de maneira geral.

De qualquer maneira, ou seja, num caso ou noutro, implica considerar o desenrolar, a formação de uma nova agricultura, conforme aponta *Schmit* (2003) tendo como referência também um novo mercado. Mercado este que sugere um também novo agente que produz e consome, que deve ser estudado e entendido, e que por fim age na construção deste mercado, ou novo mercado conforme sugerimos. (ABRAMOVAY, 2006). Um “*slow food revolution*” conforme *Petrini* (2005). Falamos aqui em *bioconsumidor*, como proposto por *Todeschini* (2001), um agente que comporta e exige novas e sempre abertas demandas subjetivas como preservação ambiental, de segurança alimentar, etc., definindo um novo modelo produtivo e de acúmulo, conforme têm proposto autores como *Lazzarato e Negri*, (2001).

Consumidor de produtos com diferencial de qualidade, orgânicos, *fair-trade* etc., que segundo estudos de *Cerveira e Castro* (1999) sobre este perfil de consumidor indicam não apenas o fator econômico, mas o forte potencial de subjetividade (cognição) deste novo perfil de consumidor/agente. Bioconsumidor, ou “novo consumidor” que é “vitalmente” ligado a vários fatores determinantes e sustentáveis que evocam valores, escolhas, sabores, etc., portanto, sempre com forte potencial de subjetividade, e, portanto, cognição. Um consumidor que não sendo contrário, é pelo menos diferente do perfil estandarizado e massificado da velha agricultura. O antigo consumidor era condicionado e estandarizado desde o seu modo de pensar, ver a vida e sentir emoções e gostos, conforme aponta *Shiva* (1995), a monocultura era, (ou é) principalmente e acima de tudo na mente, da maneira e forma de pensar e conceber o mundo e nele agir de maneira ampla.

3.1 Objetivos gerais

Trabalharei dois eixos centrais na pesquisa: I)- Mapear e entender os mecanismos internos de funcionamento dos núcleos de produção agrícola em pequenas propriedades ou empresas rurais voltadas para “produção alternativa”; II)- Ampliar o debate da constituição destas experiências, no paralelo local global, tendo em vista o conhecimento como força produtiva, ou seja, em último caso o tema do capitalismo cognitivo.

O mapeamento e questionamento localizado de experiências institucionais como esta realizada pelo SEBRAE/SP via SAI, contribuirá com debate mais amplo sobre o tema, como fatores internos, políticas de crédito e acesso ao crédito, estratégias gerenciais e de mercado, e particularmente acesso à informação e a qualificação de potencial humano. Fatores que permitirão entender e contribuir com o debate acerca da definição de novos espaços produtivos rurais.

O objetivo geral visa entender o funcionamento do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE/SP por meio de todas as suas ações, programas e propostas executadas para as várias cadeias produtivas estabelecidas no âmbito do projeto e voltadas para a chamada “produção alternativa”. Ações estas, compreendidas dentro do que se entende por “empreendedorismo rural”. A proposta de estudo se refere ao caso específico da região de Araraquara, compreendendo os dezenove municípios envolvidos já no primeiro módulo e buscando abranger outros que porventura venham a integrar o programa.

O estudo visa traçar um mapeamento completo da aplicação do programa em todos os municípios atendidos por aquele escritório regional do SEBRAE. Visamos ainda discutir o programa na sua concepção, ocasião em que abriremos o debate com outros módulos dentro do Estado de São Paulo. A proposta final após passarmos por todas as etapas é construir a partir do interior do grupo, uma metodologia de análise e avaliação que permita revelar as principais características que possibilitam o sucesso ou fracasso de programas como este do SAI, voltados para a produção e difusão de um conhecimento, ou conhecimento produtivo com nível de excelência.

3.2 Objetivos específicos

Citamos assim como objetivos específicos do projeto:

- Integração da pesquisa, debate e resultados com a criação de grupo de estudo ‘emergente’.
- Levantamento e síntese de informações para elaboração de uma proposta metodológica de avaliação de resultados sobre desenvolvimento agrícola e conhecimento produtivo como capital.
- Descrição e mapeamento completo de todas as experiências “alternativas” do SAI SEBRAE/SP nos dezenove municípios envolvidos no “módulo Araraquara”, a partir da elaboração de um “banco de dados”.
- Detectar os empreendimentos existentes, potencial produtivo e fatores positivos e negativos de cada um destes empreendimentos alternativos existentes nos municípios que fazem parte do Programa SAI.

- Elaborar um indicador sobre vocação produtiva rural tomando separadamente cada um dos dezenove municípios envolvidos no Programa SAI.
- Disponibilizar imediatamente os resultados de pesquisa a serem propostos na forma de curso, seminário temático e outros eventos acadêmicos e de extensão promovidos pelo grupo de estudos que vamos criar.

4) - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO: Procedimentos, metodologia e viabilidades.

A abordagem pressupõe escolhas teóricas e ensaios na forma de hipóteses que orientarão a pesquisa. Trato esta questão de forma a integrar diferenças. Do ponto de vista prático busco proceder de forma que os temas e resultados da pesquisa, leituras e interpretações requeiram sempre renovação constante. A idéia da pesquisa e o desenvolvimento da ação é que justamente os resultados envelheçam e se renovem constantemente. Para tanto a investigação requer e prevê ambiente de debate e discussão ressaltando exatamente o desenvolvimento coletivo (de vários membros em distintos níveis – graduando, pós graduando, etc) dos trabalhos. Por isso pressuponho como orientação metodológica que os resultados da pesquisa requeiram sempre e constantemente novas abordagens, portanto, bibliografias, orientações teóricas, e, evidentemente informações de maneira geral. Aposto nesta maneira de trabalhar, como tenho feito até agora na minha modesta inserção e imersão profissional, e indico como sendo o próprio espírito da pesquisa que pretendo realizar. Portanto, as informações e bases de dados extraídas tanto do SEBRAE e do SAI, quanto de outros órgãos são confrontadas com a experiência dos agentes produtivos, ou nos pequenos e médios núcleos de produção. Em principio não há separação temporal entre levantamento bibliográfico, entrevistas, pesquisa de campo, dentre outros procedimentos. Ao que pensamos cada uma destas etapas deverão ser realizadas na medida em que o objeto e o problema de pesquisa sugerir e exigir.

Pauto-me na medida do possível (das possibilidades de realização prática) por uma (dentre muitas) orientações metodológicas propostas por *Bourdieu, Chamboredon e Passeron* ,(1999), para os quais o melhor método para “re-construção da realidade” consiste no que chamam de “embate teórico”. Diz respeito ao “fato social” sendo testado mediante o embate entre leituras (bibliografias) diferentes, ou seja, a correlação de fatores diferentes que procuram explicar o mesmo fato.

Portanto, a identificação do fato social ou da “ocorrência” é construída a partir de categorias, e de classificações tipológicas, por assim dizer, de influência *weberiana*. Remeto-me a “realidade” (que ainda não conheço e da qual busco me aproximar), sem aprisioná-la, ou sem que esteja “engessada” por esta mesma realidade (como ela é de fato), (CARNEIRO, 2000). Ou, identificando que “elaboração” do objeto (como categoria classificatória), são “construções” que correspondem à realidade sem a pretensão de abarcar esta mesma realidade.

Ou como aponta no clássico: *Os parceiros do rio bonito*, Antonio Cândido (2010)

Semelhante atitude não significa desconhecer o caráter interdependente dos traços de uma cultura; ver-se-á adiante em que medida esta posição teórica, pressuposto da sociologia, ocorre no presente estudo. Não significa, igualmente, repúdio da objetividade científica e confusão de ciência e arte; mas a convicção de que os fatos se tornam problemas conforme a perspectiva do pesquisador, e que

não é possível desconhecer a implicação prática das investigações metodologicamente conduzidas.
(p. 24)

Ou, a correlação de fatores bem como a sua hierarquia no uso da sociologia buscando explicar uma dada realidade pressupõe sempre um problema construído pela perspectiva do pesquisador. Perspectiva que tem como objetivo se aproximar “mais” da realidade “de fato”, ou, buscando por fim, a objetividade e a verificação empírica.

Extraio e apresento desde então uma orientação metodológica básica e ao mesmo tempo essencial: “construindo correlação de fatores que explicam uma dada realidade reconheço (significa reconhecer metodologicamente), os limites e limitações em conhecer absolutamente esta realidade.” Ou seja, é no curso e desenvolvimento da própria pesquisa, e, em momentos, detalhes e vieses improváveis e imprevistos que busco identificar as limitações da própria pesquisa ao mesmo tempo que procurarei construir os resultados. E, é nesta identificação (não apenas da admissão de modéstia, mas de onde e como, e da própria dimensão das limitações) que se acaba por aperfeiçoar os resultados de pesquisa.

Considerando tais colocações deve-se por fim pontuar que quando me refiro ao perfil do pequeno produtor que tomo como “empreendedor” da região de Araraquara, ainda que caracterizando e particularizando este agente conforme a própria pesquisa pressupõe, estarei pensando no empreendedor agrícola ou rural de maneira geral; Por outro lado, quando componho esta abstração “metodologicamente útil”, conforme aponta Antonio Cândido de Mello e Souza (2010), devo comprová-la sempre empiricamente com os resultados da pesquisa, ou seja, com a verificação localizada e factual desta ocorrência.

A viabilidade de o projeto ser integralmente executado e cumprido é grande tanto por fatores já apontados como o envolvimento profissional e pessoal com o tema por parte do pesquisador; como também: O montante de material de pesquisa interrelacionado já coletado, como bibliografias, documentos e entrevistas. Resultados obtidos no pós-doutorado com este tema. Nossa produção bibliográfica, a realização de estágio e pesquisa sobre o tema junto às universidades italianas, e particularmente a ampla rede de contatos no Brasil, ou até mesmo mais localizados, e principalmente internacionais.

Outro fator que leva a ponderar tanto a viabilidade quanto o cumprimento integral do projeto é a definição do objeto. Nossa proposta de pesquisa è entender o programa SAI em sua estrutura geral como programa implantado dentro do Estado de São Paulo. Todavia, o recorte de estudo se refere especificamente à região/Escritório de Araraquara¹¹, e aos municípios envolvidos neste módulo. Contam ainda o contato, e a disponibilidade com os agentes envolvidos neste programa, a contemporaneidade do programa, aliada por um lado ao pouco tempo de implantação e o número de municípios envolvidos, e ainda a ausência de estudos sobre o Programa SAI. São fatores que indicam que o projeto pode ser cumprido integralmente sem desvios de rotas ou reformulações.

¹¹ Em 19 de março de 2010, após passar por vários locais, Araraquara ganha nova sede para o “Escritório Regional”. A sede própria e definitiva não é pouco como pode parecer a primeira vista. Dada a própria dinâmica e política de SEBRAE, atestam a consolidação e o bom desempenho do instituto na cidade e região.

Pretende-se, ampliar e solidificar o contato, e as políticas de parceria com universidades e professores, principalmente na Itália, e particularmente com a *Universidade de Bologna – UNIBO*, e a *VIU – Universidade Internacional de Veneza*. Com isso faremos visita (estágio) de estudo nestas universidades, promovendo a vinda de palestrante/pesquisador para falar sobre o tema da pesquisa e de interesse. Dependendo da disponibilidade e acordo: *Giacomo Becattini*, *Enzo Rullani*, entre alguns outros nomes possíveis.

O projeto se completa, portanto, com a síntese de resultados apresentada preferencialmente na forma de publicação, após realizarmos todas as etapas da pesquisa descritas e discriminadas. Assim, o quadro abaixo faz uma distribuição pontual e específica em meses por atividades a serem desenvolvidas, respeitando o prazo institucional da FAPESP.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Etapas	2011	2012	2013
Pesquisa bibliográfica e atualização temática sobre o tema	X	X	
Coordenação de grupo de estudo	X	X	X
Participação em atividades no Departamento de Sociologia onde o projeto será desenvolvido		X	
Encontro pessoal e individual com pesquisadores envolvidos com o projeto		X	
Preparação de publicações, idas em congressos e atividades extra-acadêmicas		X	
Formalização de parcerias com universidades estrangeiras e		X	

facilitação de políticas de cooperação			
Idas à Campo	X	X	X
Visita á departamentos e institutos italianos para fortalecimento de laços, formalização de políticas de parceria, e rápida coleta de materiais.		X	
Organização de evento sobre a temática discutida na pesquisa		X	
Contatos e entrevistas com pessoas “chave” para o entendimento do tema		X	
Mapeamento ou requalificação da leitura sobre a região	X	X	X
Aplicação de questionários		X	
Análise dos dados coletados			XXX
Organização e elaboração do relatório e publicação			XX

+ (equivale a um mês)

5)- MATERIAL E MÉTODOS, DISSEMINAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Uma proposta que segue como orientação metodológica para a realização da pesquisa é a socialização e o confronto dos resultados discutidos dentro de grupo de pesquisa que criaremos e que se constitui numa das principais propostas e compromissos do mérito deste pedido. A pesquisa, a coleta de dados e informações de maneira mais específica, e, posteriormente a síntese de resultados elaborados no interior deste grupo de estudos, tem o intuito, inclusive de dinamizar e “disseminar” a produção do mesmo.

Nos valeremos ainda de material recolhido nos últimos anos, bibliografias, e sínteses de trabalhos de investigação realizados nalgumas instituições, agencias e centros e bibliotecas que visitamos e pesquisamos,

principalmente na região da Emilia-Romagna entre 2006/2007, posteriormente entre setembro e dezembro de 2009, dentre outros estudos realizados no Vêneto entre 2003/2004, todos na Itália.

Nos valeremos ainda de resultados e sínteses de pesquisa elaborada durante o período da realização do nosso doutorado, com a tese: *Qualificação Profissional no Campo e Sindicatos, entre Estado, capital e trabalho: um estudo de caso na região de Ribeirão Preto. Doutorado Direto FAPESP, n. 01/12218-3*; Mas mais particularmente conforme já apontamos com a pesquisa realizada no Pós-doutorado com o tema: *Capacitação Rural: o caso do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE/SP – Módulo de Araraquara. FAPESP, n. 07/50881-2*.

Soma-se a miríade de entrevistas, dados e informações, bem como, principalmente, os resultados de pesquisa extraídos dos questionários aplicados na mesma região e município que se refere esta pesquisa.

Com relação à caracterização do que vem a ser pequeno e médio empreendimento rural, em princípio adotaremos a metodologia do próprio SEBRAE. Por pequenos e micro negócios rurais, ou então micro e pequenas empresas agroindustriais, o SEBRAE considera o limite de 10 até 50 hectares micro empresas, e de 50 até 100 hectares de terra, pequenas empresas, SEBRAE (2006). Adotamos esta metodologia mais como possibilidade de questioná-la durante ou no final da pesquisa, haja vista que visamos a aplicação geral do programa SAI Módulo Araraquara. E, ainda, dado que a definição de “empresa”, com a qual trabalha o SEBRAE, (e que se refere mais ao meio urbano-industrial), estabelece que MPE – Médias e Pequenas Empresas são aquelas que possuem CNPJ, com até 99 empregados na Indústria e 49 em Comércio e Serviços (SEBRAE, 2006.). Ou seja, a definição de “empreendimento agrícola” (ou rural), deverá ser questionada e discutida uma vez que do ponto de vista da produção – empresas agrícolas – conforme apontamos nos estudos de pós-doutorado, pode ser encaixada institucionalmente nos dois casos pontuados acima.

O teste dos resultados deve seguir a orientação entre políticas e programas do sistema SAI, sua efetiva execução, com relação às mudanças produtivas e profissionais a partir do momento da sua aplicação. Os objetivos da pesquisa aparecem como orientação estrutural básica de análise dos resultados. Entender o programa e sua aplicação na região de estudo, mapear todas as experiências do programa fazendo uma relação entre elas, e a partir de então elaborarmos os primeiros resultados.

Esta forma de análise permitira detectar as principais características, como vocação produtiva, ambiente institucional, difusão do conhecimento via programas e pós sua aplicação. Portanto as experiências de cada um dos municípios envolvidos no programa serão entendidas, digamos, de forma isolada, para depois serem relacionadas dentro do grupo dos dezenove municípios envolvidos.

As políticas do SAI devem ser concebidas na sua totalidade uma vez que conhecimento e políticas de acesso a este, são orientações básicas sobre as quais eles se apoiam. Sendo assim, todos os elementos como as diferentes cadeias produtivas, módulos, aplicação, etc., serão considerados dentro de cada caso em específico.

Tomaremos, portanto, cada município como uma espécie de “micro totalidade” e cada programa aplicado dentro deste município como singular dentro desta. Após fazermos isso com os dezenove municípios e com

todos os programas aplicados a eles, consideraremos este grupo dentro do chamado “Módulo Araraquara”, ou seja, dentro do Programa SAI aplicada a esta região.

Esta forma de análise dos resultados permitirá que partindo de resultados, digamos, ou concretos ou empíricos, que por si só já se constituem em resultados, uma vez levados para o interior do grupo de estudo, se fará discussões e seguramente avaliações distintas, capazes de fechar com uma “síntese do Grupo”.

6) - APOIOS AO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Para o desenvolvimento do projeto de pesquisa, indico algumas rápidas referências de apóio com as quais mantenho contato e que se disponibilizam em auxiliar neste trabalho.

No país o IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, onde realizei parte dos estudos de pós-graduação, o UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, particularmente na figura do Prof. *Giuseppe Cocco*, interlocutor neste trabalho de pesquisa. Leila Stein, que foi minha orientadora e supervisora, respectivamente no doutorado e pós-doutorado, ambos com financiamento da FAPESP, também interlocutora na pesquisa. Membros do grupo de estudo, “Trabalho e Trabalhadores” que no pós-doutorado coordenei junto com Leila Stein, como *Andréia Farias* (Proc. Fapesp: 2008/07745-3.) *Mariana Tonussi Milano* (Proc. Fapesp: 2009/52066-0). Todos estes com temas próximos e leituras da realidade social diferentes, o que tem demonstrado resultados práticos bastante eficientes extraídos dos debates em grupos de estudos. Também pesquisadores de centros próximos e com temas ou trabalhos afim, como é o caso do Prof. *Mário Otávio Batalha* do Departamento de Engenharia de Produção da UFSCAR – Universidade de São Carlos, com interesse em temas de pesquisa muito próximo e que é coordenador do grupo de estudos: GEPAI – Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais, e que também se compromete apoiando esta iniciativa e se colocando como interlocutor da mesma. Outra interlocutora é *Maria Chaves Jardim*, responsável por projeto jovem pesquisador junto a FAPESP (Proc.: 2008/54113-2) com quem temos estabelecido amplo diálogo no que tange a leitura do e sobre o capitalismo.

Interlocutores que apresento como disponíveis a apoio institucional em centro e universidade estrangeira tem o Prof. *Sandro Mezzadra* do Departamento de História e Política da UNIBO – Universidade de Bologna, nosso dantes tutor em trabalhos de pesquisa realizado no doutorado; E a professora *Monica Baraldi*, também esta dantes tutora junto a Universidade de Bologna, departamento de Ciências Empresariais, com quem temos estabelecido amplo diálogo no tocante a “visão empresarial”, “empreendedorismo social” etc. . Soma-se a estes outros contatos, diria, maduro que se comprometem, na medida do possível e disponível, com o desenvolvimento do trabalho de pesquisa, como a VIU – *Venice International University*, particularmente nas figuras do Prof. *Stefano Micelli* e particularmente *Paolo Gurisatti*, Presidente do *Poster (Istituto di Programmazione e organizzazione dello Sviluppo Territoriale* Planejamento Econômico e Social da Administração Local.

Na geografia econômica, e com tema de desenvolvimento local, a Prof. *Margarida Maria Leão Mattos Carneiro* da UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro. Conto ainda com a prática, experiência,

disponibilidade e principalmente afinidade de temas e sensibilidade sobre as questões sociais da Profa. Ainda Quintar, titular no Departamento de Sociologia da Universidade de General Sarmiento em Buenos Aires.

7)- BIBLIOGRAFIA, REFERENCIAS E CITAÇÕES.

- ALMEIDA J. P. *A construção social de uma nova agricultura : tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*: Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.
- ALMEIDA J. P. *Reconstruindo a agricultura : idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*: Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ALTIERI, M. A. *Agroecologia- as bases científicas da agricultura alternativa*, Rio de Janeiro: PTA FASE, 1989.
- ALTIERI M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- ANGELI, L. (a cura di), *Terra, “ Il Ponte”* In QA – La Questione Agraria - Rivista Dell Associazione Rossi-Doria, Franco Angel, Anno LVIII, n. 10-11, ottobre-novembre 2002.
- ABRAMOVAY, R. *Desenvolvimento Rural Territorial e capital social*. In SABOURIN, E. TEIXEIRA, O. (eds.) *Planejamento e Desenvolvimento dos territórios rurais, conceitos, controvérsias e experiências*, Brasília:UFPB/Cirad?Embrapa, 2002.
- ABRAMOVAY, R., VEIGA, J. E. *Novas Instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Pronaf)*, Brasília: FIPE/IPEA, 1999.
- ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.
- ABRAMOVAY, R. *Sete desafios para o desenvolvimento territorial*. Disponível em: www.banf.org.br. Acesso em: 04 set. 2005.
- ABRAMOVAY, R. *O Mercado na Sociedade e a Sociedade no Mercado*, *Jornal O Valor Econômico*, (?), 27 nov. 2006.
- ABRAMOVAY, R. *Descasamento, desligamento: abrindo a caixa preta da vida econômica*, *Jornal O Valor Econômico*, 06/03/2009, p. A 15.
- ADDIS, C. GOMES, R. E. *Um outro lado da liberalização: impactos sociais transformadores do Apóio do Sebrae às micro e pequenas empresas*, GUIMARÃES, N. A. e MARTIN, S. , (Org.), São Paulo, Ed, Senac, 2001.
- BAGNASCO, A. *La Construzione sociale del Mercato. Studi sulli sviluppo di Piccola Impresa in Italia*. Bologna, Il Mulino, 1988.
- BAGNASCO, A. *Desenvolvimento regional, sociedade loca le economia difusa*, COCCO, G. URANI, A. GALVÃO, A. P. (Org.), Rio de Janeiro, DP&A Ed. 1999.
- BAGNASCO, A. *Il volo Del calabrone. Notte di lettura sulla peculiarità economica italiana*, *Rivista Dell’ Associazione Manlio Rossi-Doria: “ La Questione Agraria”* , Franco Angeli, Milano, n. 01, 2008.
- BARCELLOS, J. A. S. *Territórios do cotidiano: introdução a uma abordagem teórica contemporânea*. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Ed. Universidade/UFRGS e Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul, 1995.
- BARDHAN P. UDRY C. *Development Microeconomics*, Oxford University Press, Oxford, 1999.
- BASILE, E. CECCHI, C. “*Il Dualismo Funzionale nell agricoltura*”, in PIZZUTI, F. R. (a cura di), *L economia italiana dagli anni 70 agli 90. Pragmatismo disciplina e saggezza convenzionale*, McGraw-hill, Milano, 1994.
- BASILE, E. CECCHI, C. *La trasformazione Post-Industriale della Campagna. Dal Agricoltura ai sistemi locali rurali*, Rosemberg&Sellier, Torino, 2001.
- BATALHA, M. O. BUAINAIN. M. A. e SOUZA FILHO. H. M. *Tecnologia de Gestão e Agricultura familiar*, Em Gestão Integrada da Agricultura Familiar, SOUZA FILHO H. M. BATALHA, O. M. (org.), edufscar: São Carlos, 2005.
- BELIK, W. *Agroindústria e política agroindustrial no Brasil*, em *Dimensões do Agronegócio Brasileiro: políticas, instituições e perspectivas*, RAMOS, P. (org.), MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, Nead, Brasília, 2007.
- BELIK, W., REYDON P. B., GUEDES, S. R. N. *Instituições, ambiente institucional e políticas agrícolas*, em *Dimensões do Agronegócio Brasileiro: políticas, instituições e perspectivas*, RAMOS, P. (org.), MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, Nead, Brasília, 2007.

- BAUNAIN M. A. GUANZIRLI, C. SOUZA FILHO, I. M. BANKUTI, F. I. *Peculiaridades Regionais da Agricultura brasileira*, Em Gestão Integrada da Agricultura Familiar, SOUZA FILHO H. M. BATALHA, O. M. (org.), edufscar: São Carlos, 2005.
- BUAINAIN, A. M. *Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate*, Brasília, IICA, 2006.
- BUAINAIN, A. M. *Modelo e principais instrumentos de regulação setorial: uma nota didática*, em Dimensões do Agronegócio Brasileiro: políticas, instituições e perspectivas, RAMOS, P. (org.), MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, Nead, Brasília, 2007.
- BECATTINI, G. *Distretti Industriali e Made in Italy*, Torino, Bolati-Boringhieri, 1998.
- BECATTINI, G. e ZORINI, O. L. *Identità Locali rurali e globalizzazione*, Rivista Dell'Associazione Manlio Rossi-Doria: “La Questione Agraria”, Franco Angeli – Milano, 2003.
- BINSWANGER H. P. *Attitudes Toward Risk: Experimental Measurement in Rural India*, American Journal of Agricultural Economics, 62, 1980.
- BOURDIEU, P., CHAMBOREDON, J. C., PASSERON J. C. *A Profissão de Sociólogo: preliminares Epistemológicas*, Petrópolis: Rio de Janeiro, 1999.
- BRANDÃO, C. R. *O afeto da terra*. Campinas: UNICAMP, 1999.
- BRAUDEL, F. *Capitalismo e Civiltà Materiale (secoli 15-18)*, Torino: Einaudi, 1977.
- CAMARGO S. H. C. R. V. *Gestão empreendedora e intraempreendedora : estudos de casos brasileiros*. Ribeirão Preto : Villimpress, 2010.
- CAMPANHOLA C e SILVA. J. G. *Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local*, In O Novo rural brasileiro: políticas públicas, vol 04, 2000.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- CAPORALI, F. *Agricoltura e Salute: la sfida della agricoltura biologica*, Editeam, cento – FE -, 2003.
- CARNEIRO, M. J. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*, Rio de Janeiro: contracapa, 1998.
- CARNEIRO, M. J. *Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas*. In: COSTA, L. F. C.; BRUNO, R.; MOREIRA, R. J. *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- CARNEIRO. M. J. *Políticas de Desenvolvimento e o “novo rural”*, In O Novo Rural Brasileiro: políticas públicas, CAMPANHOLA C. e SILVA J. G. (Ed.), EMBRAPA – Meio Ambiente, 200. (p. 117 – 149)
- CARVALHO, H. M. *O campesinato do Século XXI. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*, São Paulo: vozes, 2005.
- CERVEIRA, R., CASTRO, M. C. *Perfil sócio-econômico dos consumidores de produtos orgânicos da cidade de São Paulo*, Boletim Agroecológico, Botucatu – SP, 1999.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*, São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- COCCO, G. URANI, A. GALVÃO, A. P. *Empresários e Empregos nos novos Territórios Produtivos: o caso da Terceira Itália*, Rio de Janeiro, DP&A Ed. 1999.
- COCCO, G. GALVÃO, A. SILVA, G. (org.) *Capitalismo Cognitivo*. Trabalho, redes, inovação, Rio de Janeiro, DP&A, 2003.
- CONTERATO. M. A. *Dinâmicas Regionais do Desenvolvimento Rural: uma análise a partir do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 2008 – Tese de Doutorado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas.
- CORIAT, B. *Ohno e a escola japonesa de gestão da produção: um ponto de vista de conjunto*, In HIRATA, H. (org.) *Sobre o Modelo Japonês*, São Paulo, EDUSP/Aliança Cultural Brasil Japão, 1993. (p. 79-91)
- DE BENEDICTIS, M. *Il Contadino e il Latifondo. Una rivisitazione*, Rivista Dell'Associazione Manlio Rossi-Doria: “La Questione Agraria”, Franco Angeli – Milano ,2004.
- DELGADO, G. C. GASQUES, J. G. e VILLA VERDE M. C. *Agricultura e Políticas Públicas*, Brasília, IPEA, n. 127, 1990.
- DIBIAGGIO, L. *Knowledge Organization and Firms Specialisation in Biotechnology*, Paper presentd at the Druid Conference, Copenhagen, 6-8, june 2002.
- DIMAGGIO P. e LOUCH, H. W. *Socially Embedded Consumer Transactions: For What Kinds of Purchases do People Use Networks Most? American Sociological Review (October)*, 1998, 619-37.
- DI GIOVANNI A. e TENUTA A *Ruralità, Urbanità e Ricchezza dei Comuni Italiani*, Rivista Dell'Associazione Manlio Rossi-Doria: “La Questione Agraria”, Franco Angeli – Milano, n. 01, 2008. 1
- DIVULGATORE: agricultura, alimentazione, ambiente, *Agricoltura di Servizio: Imprese che si associano per un' offerta di qualita*, anno XXIX – 7/8 luglio/agosto 2006.

- EBOLI, M. G. *L agricultura multifunzionale: un contributo metodologico per la misurazione*, in Henke R.. (a cura di), Verso il riconoscimento di un' agricultura multifunzionale. Teorie politiche, strumenti, Studi & Ricerche Inea, Edizioni Scientifiche italiane, Napoli, 2004.
- ESPOSTI, R. *Complementarità, coordinamento e problemi di anticommons nell'innovazione biotecnologica*, Rivista Dell'Associazione Manlio Rossi-Doria: "La Questione Agraria", Franco Angeli – Milano, 2004.
- FAVARETO, A. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*, São Paulo: FAPESP, Iglu, 2007.
- FIALHO, M. A. V. *Agricultura familiar, produção orgânica e "novos rurais", um estudo de caso no sul do Brasil*. In MOREIRA. J. R. (org.), Identidades sociais, ruralidades no Brasil contemporâneo, DP&A, Rio de Janeiro, 2005.
- FINUOLA, R. PASCALE, A., *L'agricultura sociale nelle politiche pubbliche*, Roma, INEA Agriconsulting, 2008.
- FONTE, M. *Proprietà intellettuale e dominio pubblico: il caso delle agrobiotecnologie*, Rivista Dell'Associazione Manlio Rossi-Doria: "La Questione Agraria", Franco Angeli – Milano, 2004.
- FRANCO, S., *Etica Ambientale e Mercato dei Prodotti Biologici*, In QA – La Questione Agraria - Rivista Dell'Associazione Rossi-Doria, Franco Angel, n. 03, 2004.
- GASQUES, J. G., VIEIRA FILHO, J. E. R. e NAVARRO, Z. , *A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas*, Brasília DF: IPEA/MAPA, julho de 2010.
- GIULIANE G. M. *Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 14, p. 59-67, out. 1990.
- GLOTZ. P. *Die Beschleunigte Gesellschaft. Kulturkämpfe im digitalen Kapitalismus*, Kindler, München, 1999.
- GORZ, A. *L Immateriale: conoscenza, valore e capitale*, Torino: Bollati Boringhieri, 2003.
- Informativo da Cidade - INFOCIDADES, acesso: <http://www.infocidades.com.br/index.php?id=687>, acesso em 30 ago. 2006.
- GUIVANT, J. S. e RIAL, C. (Org.) *Novas Práticas Alimentares no Mercado Global*, Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.
- HARDT M. NEGRI A. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*, Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HENKE, R. "La forza debole del decentramento" *Governance e sviluppo rurale*, Rivista Dell'Associazione Manlio Rossi-Doria: "La Questione Agraria", Franco Angeli, Milano, n. 03, 2006.
- HISRICH R. D. *Empreendedorismo*, Porto Alegre: Bookman, 2009.
- HOFFMANN, R. *Distribuição da Renda e da Posse da Terra no Brasil*, em Dimensões do Agronegócio Brasileiro: políticas, instituições e perspectivas, RAMOS, P. (org.), MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, Nead, Brasília, 2007.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário 2006: resultados preliminares. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/ . Acesso 13 de abril de 2010.
- IEA. Instituto de Economia Agrícola. Área e produção dos principais produtos da agropecuária do estado de São Paulo. Disponível em: http://ciagri.iea.sp.gov.br/bancoiea/subjetiva.aspx?cod_sis=1 . Acesso em 13 de abril de 2010.
- INCRA. *Guia de Reforma Agrária em São Paulo: Introduções às questões agrárias e fundiárias do estado de São Paulo*. São Paulo: INCRA, 2005.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acesso: <http://www.ibge.gov.br/> , acesso em 30 ago. 2006.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA acesso: <http://www.ipea.gov.br/> , acesso em 30 ago. 2006.
- JULIEN, P.A. *Empreendedorismo regional e economia do conhecimento*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- LACERDA, T. F. N. e MARQUES P. E. M. *Agriculture biologique et agriculture familiale au Brésil: pour une inscription territoriale des agriculteurs écologistes*, Économie rurale. Agricultures – Alimentations – territoires, Paris, 2009.
- LAMARCHE, H. *A agricultura familiar*. Campinas: UNICAMP, 1993.
- LAZZARATO, M. e NEGRI, A. *Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*, Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2001.
- LEFEBVRE, H. *Problemas de sociologia rural*. In: MARTINS, J. S. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- LESSER, W. H. e KRATTIGER, A. F. *Wat is Genetic Technology? Biodiversity Letters*, 02, 1994.
- LIMA, L. S. e TOLEDO, J. C. *Gestão de Qualidade*, Em Gestão Integrada da Agricultura Familiar, SOUZA FILHO H. M. BATALHA, O. M. (org.), edufscar: São Carlos, 2005.

- LIMA, E. N. *Novas ruralidades, Novas identidades. Onde?*, In: Identidades Sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo, MOREIRA J. R. e CARNEIRO J. M. (ORG), Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- LIMA, E. N. *Novas ruralidades, novas identidades. Onde?* In MOREIRA, R. J. (org.), Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- LOPES, M. *A economia política da política agrícola*, ED. FGV: Rio de Janeiro, 1996.
- LOURENZANI, W. L. e SOUZA FILHO, H. M. *Gestão Integrada para a Agricultura familiar*, Em Gestão Integrada da Agricultura Familiar, SOUZA FILHO H. M. BATALHA, O. M. (org.), edufscar: São Carlos, 2005.
- LUZZI, N. *O debate agroecológico brasileiro: uma discussão a partir dos EBAAS e da experiência do PTA/FASE*, Caxambu - MG: ANPOCS, 2008.
- MACHADO, M. D. SILVA, A. L. *Canais de Distribuição para produtos da agricultura familiar*, Em Gestão Integrada da Agricultura Familiar, SOUZA FILHO H. M. BATALHA, O. M. (org.), edufscar: São Carlos, 2005.
- MAGGIONI M. A, MERZONI, G. *L economia politica e la nuova economia: fondamenti analitici e paradigmi interpretativi*, in Prosperetti, L. (a cura di), *La New Economy aspetti analitici e implicazioni di politica economica*, Il Mulino, Bologna, 2002.
- MARAZZI, C. *O lugar da meias: a virada lingüística da economia e seus efeitos sobre a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MARTES, A. C. B. *Redes e sociologia econômica*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.
- MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1981.
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, acesso: <http://www5.prosiga.br/basesdedados/asp/BuscaExtraBV.asp?id=port&extra=4&valor=Minist%E9rios>, acesso 30 ago. 2006.
- MONIE, F. SILVA, G. (org.) *A mobilização Produtiva dos Territórios: Instituições e Logística do Desenvolvimento Local*: Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MOREIRA, J. R. *Ruralidades e Globalizações: ensaiando uma interpretação*, In MOREIRA, R. J. (org.), Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- MULLER, G. *Complexos Agroindustriais e Modernização Agrária*: São Paulo: Hucitec, 1989.
- NAVARRO, Z. *Meio século de transformações no mundo rural brasileiro e a ação governamental*, In Revista Política Agrícola: Brasília - DF, ano XIX, Edição Especial, jul. 2010.
- OECD – *MULTILINGUAL SUMMARIES: OECD-FAO Agricultural Outlook*, 2010, DISPONÍVEL, DISPONÍVEL: www.oecd.org/bookshop, acesso: 28 out. 2010.
- O'HARA, S. e STAGL S. *Global Food Markets and Their Local Alternatives: a socio Ecological Economic Perspective*, Population and Environment, n.2 – 6, 2001.
- KAGEYAMA, A. A. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*: Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2008.
- PENTEADO, S. R. *Introdução à agricultura orgânica: normas e técnicas de cultivo*, Campinas – SP: Grafimagem, 2000.
- PETRINI, C. *Slow Food Revolution: da arcigola a terra madre. Una nuova cultura del cibo e della vita*, Rizzoli, 2005.
- PIORE, M e SABEL, C. *The Second Industrial Divide*, New York: Basic Books, 1984.
- POCHMANN, M. *O emprego na Globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*, São Paulo, Boitempo, 2001.
- PORTUGUEZ, A. P. *Pressupostos para a gestão participativa do turismo com base local*. Espaço e Geografia, vol 02, n. 01, 1999 (p. 111 – 119)
- PROJETO ECOAGRI. *Diagnóstico ambiental da agricultura no Estado de São Paulo: Bases para um desenvolvimento rural sustentável*. (2006) Disponível em: <http://www.cnpm.embrapa.br/PROJETOS/bacia_rio_pardo/95municipios.htm>. Acesso em: 10 nov. 2010.
- PROJETO LUPA 2007/2008 – Censo Agropecuário do Estado de São Paulo, São Paulo, IEA, CATI, SAA, 2009.
- QUEDA, A. KAGEYAMA, P. SANTOS, J. D. *Assentamentos rurais: alternativas frente ao agronegócio*, Em Retratos de Assentamento, FERRANTE, V. L. S. B. e WITAKER, D. C. A. (org.), NUPEDOR – Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural: Araraquara – SP, 2009.
- QUEIROS, M. I. P. *Sociologia Rural*, Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

- KRATTIGER, A. F. “Public-Private Partnerships for Efficient Proprietary Biotech Management and Transfer, and Increased Private Sector Investments”, IP, Strategy Today, 4, 2002, <http://www.biodevelopments.org/>
- RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL DE AGRICULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial, Banco Mundial: Washington, 2007.
- ROMANO, D. *I Sistemi Locali di sviluppo rurale* (SLsr), in Cnel, L’agricoltura tra locale e globale, Rapporto, 1998.
- ROMEIRO, A. R. *Perspectivas para políticas agroambientais*, em Dimensões do Agronegócio Brasileiro: políticas, instituições e perspectivas, RAMOS, P. (org.), MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, Nead: Brasília, 2007.
- RULLANI, E. *Il Postfordismo: Idee per il capitalismo prossimo venturo*. Milano, Etas, 1998.
- RULLANI, E., “Il valore della conoscenza”, (?), *Economia e política industriale*, 1994.
- RULLANI E., “*Sistemi produttivi locali in Europa: tra governance e competitività*”, *Sviluppo locale*, 2002.
- SABOURIN, E. *Planejamento municipal*. Brasília: Embrapa, 1999.
- SABOURIN, E. TEIXEIRA, O. A. *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*, Brasília: EMBRAPA, 2002.
- SABOURIN, E. *Organização dos agricultores e produção de valores humanos*. In: VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Belo Horizonte, SBS, 2005.
- SABOURIN, E. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*, Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SACK, R. D. *Human territoriality: its teory and history*. Cambridge University Press, 1986.
- SANTISO, J. “*Les marchés de la vertu: la promose des fonds éthiques et des microcrédits* ». *Revue Internationale des Sciences Sociales*. La moralisation du capitalisme, Vol. 185, n 3, 2005.
- SANTOS, Milton. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SAPIA, R. *Distritos italianos, la globalización del local: trabajo y calificación profesional*, In: Competitiveness and development in Europe and Latin America: learning from experience, Venic – Italy, Ca Foscari University, 2004.
- SCHNEIDER, Sérgio. *A Pluriatividade na Agricultura Familiar* Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SCHNEIDER, S. SILVA, M.K. e MORUZZI M. P. E. [org.] *Políticas públicas, participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- SCHNEIDER, S. *Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil*. Versão ampliada do trabalho: trends and matters in rural development studies in Brazil, Apresentado no XXII Congress of the European Society for Rural Sociology, Wageningen, Holanda, agosto de 2007.
- SCHMITT, C. J. *Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003.
- SCHMIDHUBER, J. *Domanda de Bioenergia, mercati agricoli e sicurezza alimentare*, Rivista Dell’Associazione Manlio Rossi-Doria: “La Questione Agraria”, Franco Angeli, Milano n. 01, 2008.
- SCHULTZ T. W. *Transforming Traditional Agriculture*, University of Chicago Press, Chicago, 1964.
- SEBRAE – *Serviço Brasileiro de Apóio as Micro e Pequenas Empresas*, site: <http://www.sebrae.com.br/>, acesso: 04/04/2010.
- Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (dados preliminares para 2006). Acesso em 13/04/2010.
- SEGRE, A. (a cura di) *Politiche per lo Sviluppo Agricolo e la sicurezza alimentare*, Roma, Carocci, 2008.
- SEN, A. *The Idea of Justice*, harvard university press, 2009.
- Serviço Brasileiro de Apóio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, setor de Capacitação, acesso: <http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/treinamentos.asp> , acesso 30 ag. 2006.
- Serviço Brasileiro de Apóio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE – *Termos de Referência para atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais*, 2003 site: <http://www.biblioteca.sebrae.com.br>, acesso 02 jan. 2007.
- Sistema Estadual de Análise de Dados – SEAD , Portal do Governo do Estado de São Paulo, acesso: <http://www.seade.gov.br/> , acesso em 30 ago. 2006.

- SILVA, J. F. G. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*, São Paulo: Hucitec, 1978.
- SILVA, J. F. G. *A Modernização Dolorosa*, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SILVA, J. F. G. *O novo rural brasileiro*, Campinas: Unicamp, Instituto de economia, 1999.
- SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Edunesp, 1999.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, *Sebrae em Araraquara completa 17 anos e ganha nova sede*, 31/03/2010, site: <http://www.sebraesp.com.br/noticias/node/9129>, extraído em 13/04/2010.
- SILVEIRA, J. F. M. J. *Biotechnologia e desenvolvimento de mercados novos desafios, novos conceitos*, em Dimensões do Agronegócio Brasileiro: políticas, instituições e perspectivas, RAMOS, P. (org.), MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, Nead, Brasília, 2007.
- SHIVA, V. *Monoculture della Mente: biodiversità, biotecnologia e agricoltura "scientifica"*, Bollati Boringhieri, 1995.
- SHIVA, V. *Campi di Battaglia: biodiversità e agricoltura industriale*, Milano, ambiente, 2001.
- SHIVA, V. *Terra Madre. Sopravvivere allo Sviluppo*, Utet Libreria, Torino, 2002.
- SHIVA V. *Il bene comune della Terra*, Feltrinelli, Milano, 2006.
- SOUZA, D. B., SANTANA, M. A. E DELUIZ, N. *Trabalho e Educação: Centrais Sindicais e Reestruturação Produtiva no Brasil*, Rio de Janeiro, Quartet & Comunicações, 1999.
- STORPER, M. *The resurgence of regional economies, ten years later: the region as a nexus of untraded interdependencies. European Urban and Regional Studies*, 1995.
- SWEDBERG, R. *A nova sociologia econômica: o que já se atingiu, o que se seguirá?* In: MARQUES, R. PEIXOTO J. [Org.]. *A nova sociologia econômica: uma antologia*: Oeiras: Celta Editora, 2003.
- TODESCHINI, G. *Bioconsumatore, chi e?*, Revista Divulgatore, ano XXIV, n. 12 ; dezembro 2001.
- VEIGA, J. E. *A face rural do desenvolvimento – natureza, território e agricultura*, Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- VEIGA, J. E. *Desenvolvimento Sustentável – O desafio do século XXI*, São Paulo: Garamond Universitária, 2005.
- VEIGA, J. E. *Do Global ao Local*, Campinas – SP: Armazém do Ipê, 2005.
- VEIGA, J. E. *"Mundo em Transe - Do Aquecimento Global ao Ecodesenvolvimento*, Armazém do Ipê, Campinas – SP, 2009
- VILCKAS, M, e NANTES, J. F. D. *Planejamento das Atividades Produtivas na agricultura familiar*, In SOUZA F. e BATALHA, M. O (org.), São Carlos, - SP: Ed. EDUFSCAR, 2005.
- WANDERLEY, M. N. B. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o "rural" como espaço singular e ator coletivo*. Estudos, Sociedade e Agricultura, n. 15/ out. 2000. (ps. 87 – 145)
- WENGER, E. *Comunidades de Prática*, Cambridge: Cambridge University, 1998.
- WILKINSON J. *Mercados, redes e valores*, Porto Alegre, UFRGS, 2008.